

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v32n2e26040>

A militância de uma educadora e escritora: Iracema Furtado Soares de Meireles e a ditadura varguista (1937-1945)

The Activism of an educator and writer: Iracema Furtado Soares de Meireles and the Vargas Dictatorship (1937–1945)

La militancia de una educadora y escritora: Iracema Furtado Soares de Meireles y la dictadura varguista (1937-1945)

Ana Raquel Costa Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4534-0354>

Resumo: O presente artigo está inserido na articulação da História da Educação com a história biográfica em uma perspectiva teórica e metodológica focada na cultura, na política e na educação. Considerando histórias de vidas de mulheres escritoras, e educadoras, como temas necessários para a renovação da historiografia educacional brasileira, propomos problematizar aspectos biográficos históricos de Iracema Furtado Soares de Meireles (1907-1982), autora da Cartilha “A Casinha Feliz” (1970), em diálogo com sua condição feminina, militante de esquerda, professora e autora de impressos escolares no período. Objetiva-se problematizar, sobretudo, o percurso profissional desta autora pernambucana com vistas nas articulações, confrontos, e resistências firmadas, e vivenciadas, durante o período em que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil, com recorte no Estado Novo, entre os anos de 1937 e 1945, período ditatorial de perseguições, prisões, torturas, exílios e mortes. O recorte temporal recua para as primeiras décadas do século XX, tendo em vista a complexa relação de Iracema com o pensamento marxista e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Propõe-se uma reflexão acerca de uma vida marcada por lutas e distintas formas de militância política em manifestações, enfrentamentos e outras atividades. Como fontes, este artigo recorreu a entrevistas, registros biográficos e à imprensa periódica, descortinando experiências, imposições, escolhas e condições vivenciadas por Iracema em caminhos árduos do patriarcado e da ditadura.

Palavras-chave: História da educação; história biográfica; militância feminina; educadora; ditadura varguista.

Abstract: This article is situated at the intersection of the History of Education and biographical history, adopting a theoretical and methodological perspective grounded in culture, politics, and education. Focusing on the life stories of women writers and educators as essential themes for renewing Brazilian educational historiography, we seek to examine the historical and biographical aspects of Iracema Furtado Soares de Meireles (1907–1982), author of the primer *A Casinha Feliz* (1970), in dialogue with her condition as a woman, a leftist activist, a teacher, and a writer of educational materials. The objective is to problematize, in particular, the professional trajectory of this Pernambuco-born author in light of the alliances, confrontations, and forms of resistance she established and experienced during the presidency of Getúlio Vargas, with emphasis on the *Estado Novo* (1937–1945), a dictatorial period marked by persecution, imprisonment, torture, exile, and death. The temporal scope extends back to the early decades of the twentieth century, given Iracema’s complex relationship with Marxist thought and the Brazilian Communist Party (PCB). This article



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

proposes a reflection on a life marked by struggle and various forms of political activism through protests, confrontations, and other engagements. Sources include interviews, biographical records, and the periodical press, revealing the experiences, constraints, choices, and conditions Iracema faced along the arduous paths shaped by patriarchy and dictatorship.

Keywords: History of education; biographical history; women's political activism; educator; Vargas's dictatorship.

Resumen: Este artículo se inscribe en la articulación de la Historia de la Educación con la historia biográfica en una perspectiva teórica y metodológica centrada en la cultura, la política y la educación. Considerando las historias de vida de mujeres escritoras y educadoras como temas necesarios para la renovación de la historiografía educativa brasileña, nos proponemos problematizar aspectos histórico biográficos de Iracema Furtado Soares de Meireles (1907-1982), autora del folleto "A Casinha Feliz" (1970), en diálogo con su condición femenina, militante de izquierda, profesora y autora de publicaciones escolares en el período. El objetivo es problematizar, sobre todo, la trayectoria profesional de este autor pernambucano en vista de las articulaciones, enfrentamientos y resistencias establecidas y vividas durante el período en que Getúlio Vargas fue presidente de Brasil, con foco en el Estado Novo, entre 1937 y 1945, período dictatorial de persecución, prisión, tortura, exilio y muerte. El marco temporal se remonta a las primeras décadas del siglo XX, considerando la compleja relación de Iracema con el pensamiento marxista y el Partido Comunista Brasileño (PCB). Propone una reflexión sobre una vida marcada por luchas y diferentes formas de activismo político en manifestaciones, enfrentamientos y otras actividades. Como fuentes, este artículo utilizó entrevistas, registros biográficos y prensa periódica, revelando experiencias, imposiciones, elecciones y condiciones vividas por Iracema en los arduos caminos del patriarcado y la dictadura.

Palabras clave: Historia de la educación; historia biográfica; militancia femenina; educadora; dictadura varguista.

1 Introdução

O que é a história, finalmente, senão uma imensa lacuna, uma interrogação sem fim, um silêncio sem limites, cujas margens possíveis encontram-se no ruído do tempo, alcançado apenas através de algumas páginas em rascunho, algumas inscrições veladas, inapreensíveis traços do humano? (Navarro-Swain, 1996, p. 131).

Se aquilo que a história nunca contou significa que nunca existiu, contar sobre resistências em meio a opressões é imperativo. A obra "A História em Migalhas" (1992) de François Dosse, foi apresentada com a finalidade de ser referência crítica à história dos *Annales*, além de contrastar com um possível universo saturado de apologética e modismos decorrentes dos estudos da Nova História. Como se lê nessa escrita: "Clio esfacelada. Clio desmembrada. Clio mutilada. A 'novíssima história' reina soberana no mundo do capital" (Rago Filho, 1992, s.p.).

O historiador francês defendeu a ideia de que essa mesma Clio, ainda que profundamente questionada, tornou-se musa inspiradora de um público crescente e ávido em entender sobre seu próprio passado. A História, ao preencher vazios, passou a romper o isolamento dos subúrbios de passado sem memória, e os tempos extraordinários deram espaço para o cotidiano das pessoas comuns. "Passamos

insensivelmente da grande biografia dos heróis da história, de Luís XI a Napoleão, sem esquecer Carlos V, para as biografias dos heróis obscuros do cotidiano” (Dosse, 1992, p. 14). De todo modo, insta destacar a continuidade dos heróis, no masculino.

As conclamações de Dosse foram publicadas no livro supramencionado, uma década posterior ao falecimento da educadora biografada neste artigo. Essa constatação se faz importante, por ser essencial ao entendimento sobre onde estiveram e onde estão as Histórias das mulheres em meio à defesa pela plasticidade, mobilidade, capacidade de integração teórica, disposta por uma História contrária aos discursos hegemônicos e excludentes, e do mesmo modo tão defendida por intelectuais.

As ditas pessoas comuns em Hobsbawm (1998) são aquelas que nunca estão no centro institucional do poder, mas que foram extraordinárias em suas ações coletivas. O autor acha justa a crítica salientada por mulheres e direcionada a historiadores do sexo masculino, sobre ignorá-las grosseiramente e defende que a melhor História é escrita por aqueles que perderam algo. Se assim for verdade, podemos supor a qualidade teórica e metodológica de uma escrita feita por mulheres e sobre elas, considerando tantos tempos de obscurantismo.

As explanações ditas, nos instigam refletir sobre algumas questões, no entanto, uma inquirição específica merece ser registrada: perante tantas convocações, provocadas por distintos aportes e intelectuais, em nome de uma História que considerasse novos testemunhos e ações, o que foi feito em prol das vidas femininas? Em quais páginas estão escritas suas ações extraordinárias ou os seus cotidianos? Onde está a parte feita de mulheres, a partir de um possível rompimento de Clio?

Obviamente, o movimento teórico constituído por pesquisadoras da História das Mulheres e do movimento feminista precisa ser considerado. Impossível deslegitimar os esforços teóricos e práticos de autoras como Michelle Perrot, bell hooks¹, Rachel Soihet e muitas outras. Esforços vitais, para qualquer escrita sobre mulheres.

¹ bell hooks, escrito em letras minúsculas, foi o pseudônimo escolhido pela feminista e escritora Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks desejava que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa.

Mas a verdade é que suas vidas, vozes, nomes, ações, relações, vivências passaram a ser também narradas pelo jeito mais difícil de se fazer História (Le Goff, 1999): a biografia, que durante tempos esteve prestando um serviço exclusivo a grandes homens com seus grandes feitos, ou melhor dizendo, religiosos, ocupantes das forças armadas, políticos, intelectuais, dentre outros. Nem todo homem, mas sempre um homem, em especial de elite. “A questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido” (Lerner, 2019, p. 29). Não existe melhor momento para dizer que ela, a biografia, se cansou de representar mais do mesmo, engrandecendo exacerbadamente posturas e caminhos.

E de forma extraordinária, a biografia se posiciona em sua gênese, ou seja, no feminino, produzida por outras mulheres. As biografias estão sendo escritas por Conceições, Carolinas de Jesus, Chimamandas, Antoninas, Constâncias, Marias, Lílias, Djamilas, Adélias, Zélias ... E essas privilegiam em suas reflexões, especialmente o desconhecido, as resistências, os vazios. Como bem disse Rosa Montero (2020):

[...] agora o tema está na moda e há dezenas de títulos de todo tipo, ilustrados e sem ilustrações, com fotografias ou em quadrinhos, para adultos ou para crianças, que tentam recuperar parte do nosso passado sequestrado pelo preconceito. É uma profusão editorial que devemos comemorar, pois não há, a meu ver, melhor indicador da mudança por que passou, nestes últimos 24 anos, a indevidamente chamada “causa da mulher”. E digo indevidamente porque já está mais do que na hora de pararmos de pensar que a desconstrução do sexismo é coisa de garotas, quando, na verdade, trata-se de uma causa comum, que diz respeito a todos nós. (Montero, 2020, p.11).

As biografias produzidas podem ser uma possibilidade de, conforme esclarece Constância Duarte (2022) sarar o grave dano ao acervo cultural e à identidade feminina, causado pelo apagamento de nomes e que provocaram uma amnésia social e um desconhecimento generalizado acerca das opressões e resistências inerentes às vidas das mulheres. Bem disse Lerner (2019), que as mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História — o passado registrado e interpretado.

As mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos

homens. Foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis. Elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da história em toda sociedade conhecida, mas também excluídas da formação de teorias. Nomeei de “a dialética da história das mulheres” a tensão entre a experiência histórica real das mulheres e sua exclusão da interpretação dessa experiência. Essa dialética impulsionou as mulheres para o processo histórico (Lerner, 2019, p. 29).

Tania Navarro-Swain (1996), ao refletir sobre os sentidos que emergem dos discursos emitidos no e sobre o passado, nos convida a analisar as representações feitas sobre as mulheres e como a historiografia as interpreta. Nesse sentido, a autora endossa que desvelar o papel social político dessas é tarefa de uma história no feminino, de modo que o silêncio é político e não falar destas descobertas ou apagar as construções sociais não patriarcais é uma estratégia de poder. Nesse sentido, as biografias femininas, como escolha política, registram o que as mulheres fizeram, vivenciaram e suas ações e concepções deixam de ser negligenciadas e ignoradas. Agora, sim, podemos nos arriscar em falar sobre uma História universal da humanidade.

De fato, a problematização das ideias de exclusão e invisibilidade está ocupando, gradativamente, certa centralidade em escritas acadêmicas concernentes ao feminino, voltadas sobretudo para as questões de gênero ou do movimento feminista. Tais reflexões instigam, sobremaneira, a necessidade de descortinamento de vozes como um movimento fértil e indispensável. De todo modo, em meio à discussão teórica e metodológica e a um crescimento de investigações sobre histórias de mulheres, muito ainda precisa ser feito, combatido e questionado, em nome de uma História autêntica e plural.

Sabina Loriga (1998) destaca que a biografia é importante para a história porque permite compreender como os indivíduos se inserem e atuam em contextos históricos mais amplos. A autora argumenta que, ao estudar trajetórias individuais, os historiadores podem analisar como as experiências pessoais se entrelaçam com estruturas sociais, políticas e culturais. A biografia, segundo Loriga (1998), revela a tensão entre o singular e o coletivo, ajudando a pensar sobre a relação entre agência individual e condicionamentos históricos. Assim, longe de ser apenas narrativa pessoal, a biografia é uma ferramenta crítica para interpretar o passado.

Articular a história biográfica como tema da História da Educação relaciona-se com o inerente enriquecimento historiográfico, com os incômodos observados e

pesos e encobrimentos memoriais. Ou seja, muito se refere às importâncias sociais e políticas atribuídas sobre a pessoa biografada e sobre quem decidiu falar ou não sobre ela.

Desse modo, faz-se importante indagar acerca do que a produção acadêmica brasileira, e no nosso caso concernente à História da Educação, enquanto saber científico, vem realizando perante os silenciamentos impostos e perpetuados em tantos contextos políticos. Quem eram e onde estavam as educadoras e escritoras que estudaram, lecionaram e escreveram durante tantos cenários históricos? Onde há repressão, há resistência e é sobre resistência que esse artigo explana. A resistência de uma professora chamada Iracema Furtado Soares de Meireles.

Considera-se neste escrito o caso de uma educadora e autora de uma cartilha de alfabetização, marcada por índices desmesurados de comercialização em todo o país, especialmente durante as últimas décadas do século XX. Ainda que sua produção tenha sido amplamente adotada e socializada por anos, seu nome se manteve às margens. O registro sobre sua vida ficou atenuado ou velado em relação ao prestígio de suas produções, especialmente no caso da cartilha “A Casinha Feliz” (1970). A vida de Iracema se tornou uma temática de pesquisa pelo desconhecimento de sua história em detrimento ou comparação com suas obras.

Podemos nos aproximar de distintas explicações sobre o proposital encobrimento de sua história de vida, assim como de tantas outras escritoras e educadoras, nas diferentes escritas — acadêmicas, jornalísticas, literárias. Contudo, a persistente invisibilidade precisa ser colocada contra a parede, principalmente ao observarmos o protagonismo que suas produções ocupam nos estudos sobre a história do livro e da leitura. Cientes dos esforços em quebrar cânones, atesta-se a importância de se realizar além, com agendas de investigação e currículos de ensino que contrariem exclusões historiográficas de gênero.

O propósito é a construção histórica, observando disputas, efeitos e versões. É “[...] desfazer monumentos, ‘desmitologizar’ memórias oficiais e consolidadas a respeito dos/as personagens que analisamos, o que pressupõe, sem dúvida, muita pesquisa e, com frequência, coragem” (Schmidt, 2017, p. 48). A pretensão é tomar a personagem não como modelo a ser seguido ou evitado, mas como inspiração “[...] para criarmos novos projetos de futuro, de modo a rompermos com o presentismo característico da contemporaneidade [...]” (Schmidt, 2017, p. 49). Carecemos de

escritos que ofereçam não somente informações inéditas, mas que mostrem contextos, sistemas normativos, a pluralidade de instituições e grupos – principalmente aqueles que são considerados homogêneos –, os discursos e os limites de liberdade definidos às pessoas dentro de tempos e espaços. (Avelar, 2015; Schmidt, 2014).

Nesses termos, a problemática sustenta-se em questionar a singularidade de uma vida imersa em um peso político e histórico: a de Iracema. É um exercício que também se caracteriza como “[...] uma nova preocupação pelo estudo da singularidade e uma atenção particular aos fenômenos emergentes considerados como objetos próprios, para pensar graças à sua complexidade e à impossibilidade de reduzi-los a esquemas mecânicos”, assim como explanou Dosse (2015, p. 406). Como endossou Schmidt (2014) é importante termos a clareza de que as biografias,

não visam a fazer vir à tona segredos antes escondidos, mas sim compreender historicamente os percursos de certos personagens, de modo a entender, por exemplo, o funcionamento de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente em grupos e instituições vistas normalmente como homogêneas, a construção discursiva e não-discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas históricas, entre outras questões (Schmidt, 2014, p.140).

O artigo desenvolvido estrutura-se substancialmente na apresentação biográfica histórica de Iracema Meireles, considerando seu percurso de vida e trajetória profissional, salientando os caminhos de uma mulher que defendia ideias socialistas, com certa proximidade ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), autora de livros didáticos e literatura, professora de adultos e crianças, atuante em várias localidades geográficas do país. No entanto, sua vida não desfrutou da mesma notoriedade que suas criações, possivelmente em razão do lugar político que ocupava, dos discursos veiculados pela imprensa da época ou da incompreensão social. A precaução metodológica, por sua vez, fundamentou-se no uso de escritos advindos da imprensa periódica, especialmente recolhidos na Hemeroteca Digital e de relatos escritos enviados por Eloisa Meireles, filha de Iracema.

Este artigo objetiva problematizar o percurso profissional da educadora pernambucana Iracema Meireles, com especial atenção às suas experiências durante a ditadura varguista (1937–1945), período marcado por intensas intervenções estatais na educação e pela repressão às vozes dissonantes. Ao refletir

sobre sua trajetória, busca-se evidenciar não somente as estratégias de sobrevivência e atuação em um cenário político autoritário, mas também observar os silenciamentos produzidos por algumas narrativas oficiais.

Além da análise individual da trajetória de Iracema Meireles, este estudo também se propõe a examinar as vivências compartilhadas com seu esposo, Silo, como parte inseparável da experiência histórica vivida pelo casal. Ao considerar a dimensão conjugal de sua biografia, busca-se compreender como os efeitos do autoritarismo varguista ultrapassaram o espaço público, atravessando as esferas íntimas e afetivas. Em um período historicamente reconhecido pela perseguição política, vigilância ideológica e supressão de liberdades, as experiências de Iracema e Silo revelam os impactos concretos e persistentes da repressão estatal sobre os projetos de vida e de trabalho de sujeitos que ousaram atuar de forma crítica ou independente. Assim, a articulação entre o pessoal e o político torna-se essencial para uma leitura mais complexa da história, permitindo que a biografia exceda ao relato individual e funcione como um campo privilegiado de análise das múltiplas violências impostas por regimes autoritários.

2 Entre laços e lembranças: a dimensão pessoal de Iracema Elisa.

Imagine viver em um mundo em que as mulheres são consideradas tão menores, tão inferiores, tão confinadas ao espaço doméstico, tão irrelevantes, que não merecem ser estudadas. Um mundo em que as mulheres não são dignas de ter sua história contada. Assustador, não é? Pois vivíamos exatamente nesse mundo até poucas décadas atrás. E, se essa condição tem mudado, é graças à luta feminina (Aronovich, 2019, p.19).

Iracema Elisa da Silva, a escritora da cartilha “A Casinha Feliz” e criadora do método Iracema Meireles, nasceu em Recife, Pernambuco, em 17 de março de 1907. Era filha de Maria Joana Guerra da Silva e Tito Lívio da Silva, neta de Amélia Elisa Ramos da Silva e Raimundo Honório da Silva. Eulália e Luiz foram seus irmãos mais velhos. Nasceu e cresceu em uma família majoritariamente católica e considerada de elite. A educadora passou a usar o sobrenome Furtado Soares de Meireles, após se casar com Silo Furtado Soares de Meireles. O casal teve dois filhos: Eloisa da Silva Meireles e Silo Meireles Filho (Campos, 2002).

Eloísa Meireles (2024), em entrevista concedida para este escrito², destacou como as principais características de sua mãe Iracema, a originalidade, a inteligência e a tenacidade. O registro de Eloísa, a seguir descrito, nos permite pensar que Iracema tenha sido afortunada em sua infância nordestina, onde cresceu envolvida de afetos e brincadeiras. A natureza vivida caracterizou-se como ambiência de instrução e experiência, um lugar que a educou, impulsionou sua aprendizagem e estimulou a criatividade e o intelecto.

Foi uma criança de saúde frágil [...] muita gente dizia “essa menina não se cria, é guenza, franzina, feinha.” Passou grande parte da infância brincando nos quintais de casa, só foi para a escola por volta dos oito anos, já sabendo ler. Seu lugar preferido era a copa das árvores. Gostava de colher as frutas e comê-las lá no alto mesmo. Ali brincava de casinha, de faz de conta, de viagens e lia livros de aventuras e contos de fada. Gostava de ouvir e contar histórias de Trancoso. Iracema teve 6 ou 8 irmãos que morreram crianças de doenças como tifo, difteria e outras. Não havia as vacinas que temos hoje, morria muita criança dessas doenças. Uma dessas mortes a marcou especialmente, a da irmã Helena. (Meireles, 2024, p. 02).

As mortes estiveram presentes desde a tenra idade, considerando o adoecimento de irmãos e irmãs. Ocorre que o Brasil, no início do século XX, foi marcado por surtos de doenças que acometeram crianças em todas as regiões geográficas. Uma combinação de fatores, especialmente relacionados à saúde pública, condições de vida (higiene, desnutrição e saneamento) e avanços médicos incipientes contribuíram fortemente para uma alta taxa de mortalidade infantil, em especial em áreas rurais do país. O destino terrível que teve a irmã, mesmo sendo mais saudável que ela, a impactou profundamente. Além de não entender o motivo disso, ainda, provavelmente, lhe assolava o medo por se sentir mais frágil.

A morte de Helena a abalou de tal forma que até adulta, falava nela. A menina era forte, bonita e chamava atenção pela vivacidade. Teve tifo e morreu. Iracema ficou muito chocada. Justamente a menina forte morreu. Ela que era fraca e ouvia dizerem que não se criava, resistiu. Ficou intrigada, não entendia. Mas se calou, não perguntou nada. Devia ter 4 ou 5 anos (Meireles, 2024, p. 02).

Para além da natureza, a família de Iracema, foi abrigo de ensinamentos, particularmente com Luiz, companheiro e cúmplice de curiosidades e fantasias. “[...] já com oito anos, começou sua grande amizade com o irmão Luiz, 4 anos mais

² Trata-se de entrevista realizada pela autora, não publicada oficialmente, utilizada com autorização da entrevistada.

velho, que até então não dava muita atenção a ela. Tornaram-se companheiros de brincadeiras e continuaram muito amigos e confidentes por toda a vida” (Meireles, 2024, p. 02).

Particularmente, a imprensa periódica da década de 1940 em diante revela alguns indícios sobre o avô paterno, o pai, o tio e o esposo de Iracema, ao passo que pouco se menciona sobre ela, sua irmã, sua mãe e sua avó. Alguns dos impressos investigados registraram anúncios de falecimento e missas de 7º dia dos homens da família de Iracema. Em todos, identificam-se informações sobre o falecido, homenagens e expressões de luto e sequências genealógicas que excluem arbitrariamente os nomes das mulheres da família enlutada, atestando o discurso de uma sociedade patriarcal.

Figura 1 – Iracema Elisa da Silva.
Esquerda: Formatura na Escola Normal; Direita: Na Alemanha (1928).



Fonte: Acervo particular da família. Disponibilizado por Eloísa Meireles (2023).

Lerner (2019) define o patriarcado não como algo “natural” ou biologicamente determinado, mas como uma construção histórica e social. Para a autora, o patriarcado é um sistema de dominação no qual os homens exercem poder sobre as mulheres em todas as esferas da vida: econômica, política, social e simbólica. Lerner argumenta que esse sistema foi construído gradualmente ao longo de

milênios, especialmente a partir da organização das primeiras sociedades agrícolas e da institucionalização da propriedade privada, momento em que as mulheres passaram a ser vistas como parte do patrimônio masculino, inclusive por meio do controle da sexualidade e da reprodução. A historiadora também destaca que o patriarcado se perpetua através da cultura, da religião e das instituições sociais, sendo aprendido e internalizado por homens e mulheres. Em vez de ser um dado da natureza humana, o patriarcado, segundo Lerner (2019), é uma invenção histórica, e, portanto, pode ser desconstruído. Ou seja, não se trata de um sistema estático, mas de uma forma de organização social e simbólica da dominação masculina, que se reconfigura conforme os contextos históricos, inclusive nos regimes modernos e contemporâneos.

Portanto, uma mulher do século XX, como Iracema Meireles, pode e deve ser compreendida como alguém cuja vida e trajetória profissional foram moldadas dentro de um sistema patriarcal. Mesmo em contextos de aparente avanço legal ou político, as hierarquias de gênero continuaram operando de maneira profunda, seja pela limitação de acesso às posições de poder, seja pelo controle simbólico das representações femininas na esfera pública e privada.

A chave, com base em Lerner (2019), é compreender que o patriarcado não é um bloco homogêneo e imutável, mas um sistema de dominação que se adapta às transformações históricas, mantendo, contudo, sua lógica fundamental de subordinação das mulheres. Logo, aplicar esse conceito ao século XX não é anacrônico, mas legítimo, crucial para desvelar as camadas de opressão muitas vezes naturalizadas ou invisibilizadas nos discursos históricos.

O nome da professora pernambucana aparece em raros escritos. Esses mesmos anúncios permitem afirmar se tratar de uma família católica, considerando algumas pistas, como a escrita religiosa, os espaços nos quais ocorreram os sepultamentos e as celebrações, e que Iracema foi sobrinha de Dom Augusto Alvaro da Silva, arcebispo da Bahia.

Os anúncios fúnebres, quando apresentam Maria Joana e Iracema, as citam como as esposas de Tito e Silo, respectivamente. Tratou-se de uma constante nos registros identificados, característica própria do recorte temporal estudado, o apagamento do nome da mulher. Possivelmente, trata-se de uma relação histórica na qual a identidade de uma mulher era relacionada ao status marital, ou seja, ser

“viúva de alguém” era uma forma de reforçar a ideia de pertencimento, propriedade, limitando e omitindo a relevância individual dela. Mulheres eram vistas como pertencentes a esses homens, e serem mães e filhas não significava ter uma identidade independente, apenas propriedade de alguma figura masculina. Ao contrário da riqueza de possibilidades sobre Tito Lívio, não foram encontrados indícios sobre a vida profissional e pessoal de Maria Joana, mãe da biografada, apresentada na maioria dos anúncios fúnebres da família somente como a viúva de Tito Lívio da Silva.

O “Jornal do Brasil” (1945) noticiou a morte de Tito, informando que este foi vitimado em sua residência e pertencia a uma tradicional família pernambucana e era filho do grande educador e humanista Raimundo Honório da Silva. O avô de Iracema, Raimundo Silva, foi apresentado como um dos maiores educadores do país, entre fins do século XIX e início do século XX, responsável pelo Colégio Pôrto Carrero e do Colégio Pestalozzi (Mariano, 1968).

Além da carreira de contador, Tito foi guarda-livros em sua cidade natal, na Bahia, e posteriormente na cidade do Rio de Janeiro, “[...] na qual deixou exemplos de singular probidade e apego irreduzível aos seus deveres funcionais e pessoais”. (Jornal do Brasil, 1945, p. 08). As relações fraternais do pai de Iracema foram reiteradas, revelando ter sido ele um homem ocupante de diferentes lugares e detentor de vários vínculos: “[...] O extinto gozava de um vasto círculo de amigos e admiradores, especialmente em Pernambuco, onde sua morte irá ecoar mais dolorosamente que em qualquer parte”. (Jornal do Brasil, 1945, p. 08). Nessa nota jornalística, o nome de Iracema foi registrado, mas não falaram de sua profissão, embora mais uma vez tenham falado da profissão do irmão Luiz, apresentando-a apenas como a esposa de Silo Meireles. As relações pessoais de Tito, a extensa trajetória de Augusto Alvaro³ e os dados sobre seu avô paterno indicam, além das conexões religiosas, a inserção da família da escritora na cena educacional e

³ Solange Alves (2003) versou sobre as relações estabelecidas entre a Igreja Católica baiana e o Estado, após a Revolução de 1930, das quais o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, Augusto Álvaro da Silva, tio de Iracema, foi o principal articulador. O religioso nasceu em 1876, viveu a infância em terras cariocas e estudou no Colégio Pestalozzi, fundado e dirigido pelo avô de Iracema. Augusto estudou no seminário de Olinda, fez o curso de Filosofia, Teologia e Humanidade. Tornou-se sacerdote, assumiu a direção de uma paróquia, foi agraciado com o título de Monsenhor Camareiro Secreto do Papa Pio X, elevado a bispo e designado à diocese. Organizou catequese, participou de concílio Vaticano, desenvolveu apostolado, fundou associações e escolas de alfabetização para adultos, publicou livro, fundou jornal, etc.

escolar de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Esta autora, professora, militante, criadora de um método de leitura e escrita em um tempo de taxa de analfabetismo elevada, que andou por terras pernambucanas, baianas, cariocas e outras mais, faleceu no mesmo mês em que nasceu, setenta e quatro anos depois, em 1982.

3 Do aprendizado à atuação: a construção intelectual de Iracema Meireles

A escrita biográfica na História da Educação exige a análise dos trajetórias educacionais e profissionais de mulheres, conectando-os aos contextos históricos de sua época. Essa abordagem destaca as contribuições de mulheres que, ao atuar na educação brasileira, desafiaram os limites do espaço doméstico e familiar, construindo papéis sociais e políticos fora do lar. Suas ações públicas evidenciam uma participação ativa na sociedade, rompendo com os modelos tradicionais de maternidade e casamento e abrindo novas possibilidades para a vida feminina.

Iracema, como dito anteriormente, foi uma criança frágil, razão pela qual só frequentou a escola quando era uma menina crescida, já sabendo ler. O grupo escolar se caracterizou como modelo de ensino primário no início do século XX, no entanto, não houve sua extensão homogênea a todo o Brasil, especialmente fora da região Sudeste. Talvez Iracema não tenha estudado em um grupo escolar, pois conforme os indícios levantados, passou grande parte da infância no ambiente familiar e frequentou um colégio de freiras.

Adolescente, Iracema estudou no Colégio das Damas da Instrução Cristã, colégio católico tradicional muito conceituado até hoje em Recife. Continuou seus estudos no Colégio Pritaneu, laico, de onde guardou um álbum em que se percebe, pelos registros de seus professores, que foi aluna brilhante. Durante os anos 1920, sua família se mudou para Salvador. Ali Iracema cursou a Escola Normal da Bahia e se formou professora em 1927. Por questões de saúde, foi mandada para uma temporada na Europa com sua mãe. Consultou médicos em Portugal, França e Alemanha. Fez estações de água em Portugal e na França. Apesar dos tratamentos, carregou pela vida toda um aparelho digestivo vulnerável. De volta a Recife, fez concurso e ingressou como professora na rede pública de ensino. Paralelamente iniciou curso de Medicina. (Meireles, 2024, p. 03).

Inserida nesses espaços, Iracema adentrou a conjuntura de um movimento feminino imbuído de ideias “modernizantes” sobre a inserção da mulher no espaço público. É importante destacar que concluiu os estudos na Escola Normal em um

período coincidente com a criação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, o primeiro movimento feminista organizado na Bahia.

Ao se formar na Escola Normal, podemos pensar que ela vivenciou, de perto, os efeitos da Reforma Anísio Teixeira, Lei n.º 1846, de agosto de 1925. Para Silva (2022), a Escola Normal da Bahia, desde sua criação até 1937, representou um espaço de conquista intelectual, profissional e econômica, inclusive para mulheres pertencentes às camadas menos favorecidas.

Boaventura (1982) informa que essa escola foi um estabelecimento padrão cujo objetivo era conferir o diploma aluno-mestre. Destinava-se a alunas e alunos, mas, para evitar “promiscuidade”, havia portas de entrada e saída específicas para as moças. O pesquisador explicou que o espaço foi influenciado pela metodologia do ensino mútuo e pela estrutura e currículo da Escola Normal de Paris.

Iracema trilhou os caminhos do saber na Escola Normal em uma época de efervescência histórica, quando as primeiras fagulhas de debates intensos sobre os direitos sociais das mulheres brasileiras começaram a incendiar as consciências e a transformar as estruturas da sociedade. Era um tempo em que as vozes femininas, até então silenciadas, começavam a ecoar, questionando as bases de uma ordem desigual. Iracema se viu imersa em pressões e desafios que moldaram suas escolhas, suas reações e suas próprias formas de resistência, construindo um legado que reverbera nas páginas da história da educação brasileira.

A respeito dos estudos realizados no Colégio Pritaneu, localizado na capital pernambucana, destaca-se o fato de ter sido um espaço escolar particular, de elite, com um corpo docente formado por professoras(es) do exterior, incluindo intelectuais reconhecidamente públicos. Nesse espaço, Iracema destacou-se como:

[...] aluna brilhante, despertando a atenção dos professores que a admiravam pela inteligência e capacidade de propor questões. Debatia, então, os papéis que a sociedade atribuía a homens e mulheres. Solidarizava-se com os excluídos da sociedade. Chamava atenção pela sua fala, seus pontos de vista e pelo profundo respeito que dispensava a qualquer pessoa, independente da maneira de ser e de se posicionar no mundo (Campos, 2002, p. 500).

Os estudos lhe permitiram conquistar algumas ocupações, como a aprovação em 10º lugar no concurso para professores da 4ª entrância, aprovada pelo senhor Secretário da Justiça, Educação e Interior, em abril de 1932, na cidade de Recife. (A

Província, 1932). Nesse mesmo ano, foi nomeada, pela portaria n.º 296, de 8 de agosto, para reger a cadeira n.º 223 dessa entrância. (Diário da Manhã, 1932). Em 1937, atuou no Grupo Escolar Maciel Pinheiro, também em Recife, como professora de 4º e 5º anos. (Diário de Pernambuco, 1937).

Muito jovem, submeteu-se a concurso para professora primária e começou a lecionar na rede pública do Estado de Pernambuco. Dava também aulas particulares para filhos de famílias da elite intelectual, o que a levou a conhecer pessoas diversas e a participar de reuniões nas quais eram discutidos problemas de toda ordem. Daí, talvez, sua inclinação para as questões políticas e sociais (Campos, 2002, p. 500).

Em 1957, Iracema foi aproveitada no cargo de professora do Grupo Ocupacional: Magistério Primário da Capital e em 1958, o então governador assinou ato nomeando Iracema Elisa da Silva e outras duas professoras para “[...] exercerem, interinamente, o cargo de Dirigente de Grupo Escolar e Escola Especial, nível 12, do Grupo Ocupacional: Magistério Primário da Capital. Serviço: Educação e Cultura [...]” (Diário de Pernambuco, 1958, p. 04).

Campos (2002) relatou que, posteriormente a esse período, na zona rural de Uberlândia, Minas Gerais, a professora deu aulas particulares para algumas pessoas da vizinhança e alfabetizou sua filha, Eloisa Meireles. No Rio de Janeiro, em 1948, “[...] tentou, sem sucesso, ingressar no ensino público do Distrito Federal. Não havia concurso, não havia possibilidade de transferência por ter sido demitida em seu estado natal” (Campos, 2002, p. 502).

A partir da década de 50, a alfabetização tornou-se cerne dos seus interesses de estudo. Lia tudo a respeito, acompanhava as experiências pioneiras da Escola Guatemala e começou a pôr em prática suas ideias sobre o assunto com um grupo de crianças. Tinha sensibilidade bastante aguda e a prática de sala de aula necessária para saber que alfabetizar em grupo é bem diferente de alfabetizar uma criança isolada (Campos, 2002, p. 502).

Conforme registro no Jornal do Brasil (1970), a primeira experiência de Iracema na rede de ensino carioca foi na Escola Artur Ramos, localizada no Parque Proletário da Gávea. Em 1961, de acordo com Campos (2002), nesse espaço deu-se sua experiência com classes de alfabetização, onde exerceu a prática do método que criou: “Houve grande repercussão e a Chefia do Distrito Educacional enviou relatório para a Escola Guatemala, eixo experimental e centro de estudos da Secretaria de Educação” (Campos, 2002, p. 503).

No I Congresso Brasileiro de Terapia da Palavra, ocorrido no Rio de Janeiro em outubro de 1969, Iracema Meireles proferiu discurso com a temática da alfabetização no Brasil. O congresso ocorreu no Museu de Arte Moderna e contou com a presença de alguns políticos, profissionais da área da saúde e da educação. (Correio da Manhã, 1969). Na ocasião, Iracema manifestou críticas ao duro cenário educacional brasileiro no tocante ao analfabetismo de adultos.

Num país como o nosso, onde o analfabetismo desgraçadamente atinge os tristes índices tão conhecidos, o problema da alfabetização do adulto apresenta-se de magna importância. Pode e deve ser considerado verdadeiro problema de defesa da nossa nacionalidade. Na qualidade de velha professora primária, cuidando nos últimos anos em especial de alfabetização, não posso deixar de voltar os olhos com tristeza para o analfabeto adulto de nossa terra, vendo-o ainda tão numeroso, quase às portas do último quartel do século XX (Meireles, 1969, p. 01).

As fontes investigadas revelaram que a alfabetizadora trabalhou com crianças excepcionais, terminologia utilizada na época, e esse tipo de experiência foi fundante e incentivador para a constituição de seu material de alfabetização. O trabalho da professora ampliou-se para além das crianças, com ações reservadas à alfabetização de adultos, inicialmente no estado da Bahia.

Eu atendia um aluno disléxico, como professora primária e logopédica. Comecei a me interessar de tal forma pelos métodos de alfabetização—devido à dificuldade do menino em articular as palavras e aprender a ler—que passei a pesquisar outras crianças, normais e excepcionais.

Depois de alfabetizar crianças normais e excepcionais, ganhar reconhecimento público e fama, D. Iracema, com quase 40 anos de carreira, ainda encontrou tempo e interesse pelo ensino do adulto analfabeto: seu método pela Fonação Condicionada e Repetida promete ensinar a ler em 40 h, até mesmo um ancião de 63 anos (Jornal do Brasil, 1970, p. 05).

As primeiras tentativas foram realizadas nas favelas da Praia do Pinto e do Cantagalo, em 1962. Iracema, orgulhosa, afirmou:

Aqui no Rio, começaram as experiências nas favelas e depois no Sanatório de Curicica, em Jacarepaguá, em tuberculosos em fase de recuperação. Depois, passou para o Regimento Sampaio, tendo o Brigadeiro Faria Lima pedido trabalho igual no Parque dos Afonsos e daí autorizar a impressão da Cartilha, juntamente com o Guia do Monitor, hoje adotados em todo o Exército Nacional (Jornal do Brasil, 1970, p. 05).

Refletir sobre ser professora na favela brasileira é pensar no contexto de medo, confrontos e problemas específicos. O Dicionário de Favelas Marielle Franco

explicou que a favela da Praia do Pinto existiu nos bairros do Leblon e da Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro, até o ano de 1969. Era uma favela horizontal e seus moradores, principalmente imigrantes nordestinos. A favela deixou de existir após um violento processo de valorização imobiliária e especulação provocado nos governos Carlos Lacerda e Negrão de Lima.

Muitas dessas vidas, destituídas pela indiferença do poder público, abandonadas com uma crueldade impiedosa, encontraram refúgio nos ensinamentos de Iracema, uma professora que, com coragem silenciosa, semeou saberes poucos anos antes da tragédia que as desmoronaria. Mais do que o ato de alfabetizar, o que ressurgiu com força é a escolha de Iracema em atuar no seio de uma realidade marcada pela pobreza, onde a dor e a exclusão se entrelaçam. Iracema se lançou, sem hesitar, em um campo minado de estigmas e violências múltiplas, onde a sociedade, representada pela polícia, pela justiça e pelo próprio Estado, erguia muros de discriminação. Não foi fácil, de fato, optar por desafiar o sistema, por tecer um caminho de integração e transformação social onde as armadilhas da opressão se impunham a cada passo.

Durante a ditadura militar, “Na Escola Cócio Barcellos, alfabetizou adultos do curso supletivo, em 1966. Entre 1967 e 1970, continuou o seu trabalho envolvendo crianças, adultos, idosos, funcionários civis, soldados” (Campos, 2002, p. 504). “Em 1954, Iracema fundou e dirigiu um jardim de infância, a Escola de Brinquedo, em Ipanema–RJ. Daí em diante, até o fim da sua vida em 1982, dedicou-se mais e mais às questões ligadas à Educação, em especial à Alfabetização” (Meireles, 2024, p. 03).

A professora primária costumava, nas horas vagas, escrever contos infantis e elaborar jogos. Falava sobre a vastidão do mundo e da liberdade de escolha disponível às crianças que tinham toda a vida pela frente e muita coisa a aprender (Jornal do Brasil, 1971).

Todas as escolhas profissionais e políticas de Iracema a partir de 1948 se concentraram na alfabetização dos brasileiros, crianças e adultos. Trilhou um vasto caminho, criou um método de Alfabetização. Andou pelo Brasil inteiro, de norte a sul, de leste a oeste, mostrando seu trabalho. Trabalhou em hospitais, como, por exemplo, o Sanatório de Curicica-RJ para tuberculosos; trabalhou com menores infratores na Escola Bombeiro Geraldo Dias-RJ; trabalhou na APAE-RJ. Foi a quartéis do Exército e da Aeronáutica para ajudar na alfabetização de recrutas, o que lhe valeu a

Meireles (2024) contou que Iracema dedicou-se incansavelmente ao estudo e à formação contínua na área da Educação, incluindo um curso de Fonoaudiologia. Sua trajetória foi marcada pela participação ativa em congressos e seminários, nos quais compartilhava o Método, adaptando-o às necessidades de crianças e adultos, seja no desenvolvimento pleno ou em situações de dificuldades. Todas essas contribuições foram realizadas de forma voluntária, movidas pela paixão e compromisso com a transformação educacional. “Sua relação com o trabalho era de entrega total e de muita simplicidade ao se apresentar. Não ficou famosa nem enriqueceu” (Meireles, 2024, p. 03).

Campos (2002) afirmou que Iracema era uma entusiasta da matemática que se preocupava em encontrar diferentes alternativas para resolver problemas do campo. Segundo a ilustradora, a educadora “Gostava da eficácia dos jogos que impulsionam ludicamente as soluções. Sua acuidade social e humana levou-a gradativamente a refletir sobre a alfabetização, especialmente daqueles que não conseguiam aprender na escola” (Campos, 2002, p. 501–502).

Mas Iracema não percorreu somente os caminhos da educação, como alfabetizadora, formadora, palestrante, escritora. Foi também estudante de medicina, graduação que não concluiu em virtude da conjuntura política perseguidora do governo varguista. Na época, a professora havia sido demitida do serviço público de Pernambuco e estava inteiramente envolvida com as lutas e questões atinentes à garantia de vida dos presos políticos (Campos, 2002).

A edição nº 219 do “Diário da Manhã” (1935) comunicou que Iracema Elisa fora convidada a comparecer à Secretaria da Faculdade de Medicina do Recife, junto a outros três alunos, Amaury Vasconcellos, Walkiria de Uzeda Costa e Pedro Buarque Gusmão Filho. Em um cenário de repressão, intolerância, típico da ditadura que vigia no ano em questão, 1935, questionamos os motivos que provocaram tal convite.

E assim se deram suas ações em prol da educação brasileira. Foi uma mulher, na opinião de Campos (2002), militante de esquerda, defensora da escola pública, ligada às questões sociais e preocupada com o destino do país, de modo que “Passou toda a vida indo a lugares os mais distantes para atender chamados

que vinham do Brasil inteiro. Capacitou professoras e agentes comunitários, sempre sensível à dimensão política” (Campos, 2002, p. 505). Afirmava categoricamente que sua luta era com a alfabetização dos brasileiros (Meireles, 2001).

Onde houvesse alguém para aprender, ela iria a fim de ensinar. Segundo ela, não havia criança, jovem ou adulto que não pudesse ser estimulado a aprender a ler. Era hábil em descobrir o “jeito” de cada um. Andou por todo o País, levando sua palavra de entusiasmo a quantos a convidavam. [...] Sua única e permanente tribuna foi a sala de aula; quando não o era formalmente, fazia com que se tornasse. Assim, alfabetizou em varandas, debaixo de árvores, à beira da praia. Sua capacidade de escutar e respeitar o outro era marcante. Trabalhou atenta às dificuldades e diferenças individuais dos alunos. Quem conviveu com ela no seu cotidiano testemunhou a coerência entre o pensamento, ação e vida, a começar pela delicadeza com que tratava aqueles que a serviam. Era permanente sua inquietude com a condição de marginalização a que ficam relegados aqueles que têm baixo ou nenhum poder aquisitivo (Campos, 2002, p. 505).

As atividades laborais de Iracema Elisa foram além das salas de aula e exemplo disso foi sua participação no Clube dos Professores de Pernambuco, organização que objetivava pensar e defender os interesses do professorado. Fundado em 1935 e formado por dezenas de professoras(es) desse estado, conforme informações dispostas no Diário da Manhã (1935), Iracema não só compôs o clube, como fez parte da gestão, ocupando o cargo de primeira secretária. Essa informação endossa a concepção de uma professora participante de movimentos sociais e preocupada com os interesses da classe trabalhadora. Sua filha Eloísa (2024) esclareceu que sua dedicação ao Brasil e ao seu povo se refletiu em um engajamento político-ideológico que permeou tanto sua vida quanto sua obra. Embora não tenha se filiado formalmente a partidos políticos, sempre deixou explícita sua identificação com o socialismo, evidenciando uma postura política clara e comprometida. A professora pernambucana gostava de ler, estudar regularmente e se manter sempre atualizada sobre os debates da educação brasileira, em especial a alfabetização.

4 A cena política em ação: escolhas e sentimentos de Iracema Meireles

Ao tratar das relações pessoais de Iracema Meireles, navegamos sobre as relações políticas inerentes, que apontaram para quatro fortes personagens de sua vida: Raimundo Honório, Augusto Alvaro, Tito Livio e Silo Meireles. Compreendemos que a questão política, religiosa e educacional permeou a vida de Iracema e de sua

família, no que tange às decisões pessoais e profissionais. Iracema e Silo, seu esposo, entre as décadas de 1930 e 1940 sofreram diretamente com os efeitos do tripé repressivo da vigilância, censura e repressão do governo de Getúlio Vargas, em especial as ações direcionadas ao movimento comunista no país. Padeceram inclusive em suas vidas profissionais. Uma das consequências foi a demissão de Iracema do serviço público de Pernambuco, evidenciando como as escolhas políticas de uma mulher foram e podem ser motivadoras para o seu descarte social.

Iracema era professora da rede pública de Pernambuco e paralelamente exercia intensa atividade político-partidária. Provavelmente foi denunciada e passou a sofrer perseguição que culminou com demissão do serviço público. Ficou desempregada. Sofria ameaças veladas e era seguida no bonde ou nas ruas. Não chegou a ser presa [...] Em consequência do passado político de Silo Meireles, conseguir trabalho na capital do país era difícil [...] Já no Rio, ela tentou, sem êxito, entrar no ensino público e foi então que aconteceu André, o menino que não aprendia a ler. André foi o ponto de partida para a criação do seu método de alfabetização (Meireles, 2024, p. 03).

Esta última seção se propõe a problematizar as escolhas políticas e sociais de Iracema Meireles, que, ao longo de sua trajetória, foi mais do que esposa, mãe e autora de um método de alfabetização. Sua ação transbordou os muros das escolas, desafiando limites impostos e arriscando-se em um cenário de opressão. Iracema compreendeu as desigualdades sociais que a cercavam e, com coragem, recusou-se ao conformismo que o Estado autoritário e excludente tentava impor. Sua resistência não foi apenas ideológica, mas prática e profunda, construindo um legado que se opôs ao apagamento das vozes que ousavam questionar a ordem estabelecida. Seu engajamento foi um grito contra a negação da diversidade e da dignidade humana, ecoando as possibilidades de outro Brasil, mais justo, que respeitasse as ações de uma mulher professora.

Getúlio Vargas, em 1937, após um golpe de estado, dissolveu o Congresso Nacional e suspendeu eleições. Estava instaurado o Estado Novo, período marcado pelo autoritarismo, censura à imprensa, repressão a opositores políticos, centralização do poder nas mãos de Vargas. A ideia da “novidade” se fundamentava na proposição literal de um Novo Estado, com outras instituições sociais e políticas, bem como, com uma nova constituição, inspirada nos ideais fascistas italianos: A Polaca. Durante a ditadura varguista, violências diversas, movidas por questões políticas, não foram raras, como os casos dos fuzilamentos organizados por militares

e militantes da Ação Integralista Brasileira (ABI), os espancamentos e assassinatos executados pela polícia getulista e as torturas vividas por presos.

Nesses tempos, opiniões conservadoras sobre as mulheres se propagaram, sustentadas por políticos, religiosos, intelectuais e outros mais, na crença de que o lugar delas, era no lar com suas devidas obrigações. Segundo estudo elaborado por Natascha Ostos (2012), as mulheres se transformaram em alvo privilegiado de:

[...] medidas educativas e moralizantes que, propagadas no ambiente familiar, ajudariam a constituir uma população de outro tipo, menos ignorante, enferma e indolente, de forma que esse cortejo de miseráveis se convertesse em um conjunto produtivo, capaz de trabalhar e consumir, impulsionando as forças econômicas da nação e promovendo a ordem social (Ostos, 2012, p. 337).

Trata-se de um período histórico, no qual as mulheres foram profundamente persuadidas por um discurso ideológico do Estado, para sair do espaço público, sobretudo da militância, e retornar ao ambiente privado doméstico: o objetivo se fez na supervalorização da dona de casa, da idealização da mãe e da esposa. As artistas, por exemplo, eram marginalizadas ou vistas como prostitutas. O Estado autoritário articulou-se na repressão, no mecanismo de controle social e na preocupação com a propaganda e o entretenimento das massas (Nahes, 2007).

Sesquim (2021) investigou sobre um contexto legislativo que restringiu o acesso das mulheres às atividades públicas remuneradas, tornando a mão de obra feminina extremamente cara. Em sua acepção, toda a regulamentação tinha como propósito fundamental a manutenção das mulheres na esfera privada, das relações maritais e da maternidade. Nessa esfera,

a mulher trabalhadora vestia a roupagem de mãe e o discurso sobre suas condições de trabalho, era um discurso sobre a família. Família que cumpria uma função no projeto unificador de construir uma nação e determinava à mulher um lugar reservado à dependência econômica e submissão moral ao homem e marido. (Sesquim, 2021, p. 554).

Destarte, observa-se um contexto marcado por uma combinação de manipulação política e opressão. Para se manter no poder, distintas artimanhas de Vargas foram utilizadas, sobretudo o uso da censura e do controle das liberdades individuais. Mulheres que se envolveram politicamente, especialmente aquelas que fizeram oposição à ditadura vigente, enfrentaram repressões severas, ou seja, violências de ordem física e simbólica estiveram presentes nas vidas de grande

parte das militantes associadas a movimentos políticos de esquerda ou simplesmente na luta pela democracia.

Ademais, não se trata, portanto, de traçar um cenário no qual as mulheres foram completamente submissas, impotentes e indefesas, ficando à mercê de uma sociedade opressora e autoritária (Ostos, 2012). Elas estiveram presentes em passeatas pela anistia de presos políticos, ações de guarda de armas, abrigo a militantes, tradução de jornais estrangeiros, como dirigentes de organizações diversas.

As práticas repressivas e catastróficas, em prol de destruir qualquer indício de resistência, autorizaram e alimentaram o silenciamento de muitas delas. Mulheres nasceram, sobreviveram e sangraram em diferentes tempos históricos e lugares, e essas são memórias nas quais o Brasil precisa lidar, e a academia possui uma responsabilidade inadiável de problematizar essa dívida com a História. Para tanto, faz-se a necessidade de se contar vidas, nomes, vozes, ações e resistências, engolidas por tanto tempo por um silêncio forçoso.

Iracema se casou com Silo Furtado Soares de Meireles, nascido em 23 de outubro de 1900, na cidade pernambucana de Ribeirão. Segundo Eloísa, filha do casal, o encontro aconteceu em uma das reuniões políticas do Partido Comunista:

Jovem sensível às questões sociais, indignada com a perversa desigualdade que sempre castigou nosso país, Iracema aproximou-se de pessoas identificadas com esses mesmos sentimentos e, desde então, começou a participar de reuniões políticas e a cumprir tarefas de ligação entre os militantes do Partido Comunista. Numa dessas tarefas de ligação, conheceu Silo Meireles e se apaixonaram (Meireles, 2024, p. 01).

Em meio a seus estudos na área da educação, à influência familiar católica e às viagens à Europa, a educadora aproximou-se do pensamento marxista e tornou-se adepta do PCB. Tinha amigos e parceiros no Partido e estava ciente das discussões e ações, conforme registrou Campos: “Em decorrência da confiança que nela depositaram, Iracema assumiu a responsabilidade de alugar uma casa para um companheiro clandestino, que chegara da União Soviética com a missão de ajudar a organizar o movimento comunista em Pernambuco” (Campos, 2002, p. 501).

Não podemos pensar na participação de militantes homens e mulheres como algo análogo, pois não era e, possivelmente, ainda não é, pois, um espaço coletivo e político, ainda que de esquerda, não tratava mulheres e homens de forma igualitária,

tampouco suprimia a ingerência de uma sociedade patriarcal. Não cabe a alegação de que Lênin (1919) defendeu as mulheres como parceiras de luta, fiéis e inteligentes, que deveriam ser sempre incluídas na militância. Mesmo que tenha afirmado que uma comunista do Partido teria os mesmos direitos e deveres que um camarada masculino, sua visão ignora as múltiplas barreiras que afastam as mulheres de um movimento partidário. A luta feminina não pode ser reduzida à simples convocação para a revolução proletária, pois as razões que impedem uma mulher de se engajar são profundamente distintas das que afetam os homens. Devemos considerar as intolerâncias, os perigos, as limitações e as violências estruturais que moldam a experiência da mulher em uma sociedade marcada pelo preconceito, em um contexto histórico de opressão e guerra.

Campos (2002) registrou que Iracema “Não era uma radical, mas se empenhou sinceramente por uma democracia que se estendesse do nível político ao econômico e social. E acreditava que o caminho era o socialismo. Nunca se filiou ao Partido Comunista, mas os amigos e parceiros de ideias respeitavam suas opiniões” (Campos, 2002, p. 500). Poderíamos problematizar essa questão buscando documentos sobre filiações no Partido do período, no entanto, isso não seria possível por motivos diversos, como o confisco dessa documentação na ditadura varguista, possíveis usos de codinomes nas filiações e outros argumentos, importantes. Entendemos que Iracema, ainda que não fosse filiada, carregava similitudes de ideais com o Partido e que suas noções eram vistas e ouvidas. Não ser filiada, e não ter a “carteirinha” não deslegitima a aproximação a um pensamento e/ou uma habilitação em um partido.

Ferreira e Lins (2015) explanaram que o PCB relegou historicamente as mulheres a papéis secundários, limitando-as a tarefas periféricas que pouco tinham a ver com a liderança partidária. O Partido falhou em questionar efetivamente os valores sexistas que sustentavam a dominação masculina, ignorando a contradição entre as relações de gênero e classe e negligenciando a condição social da mulher. Apesar disso, como as mulheres foram retratadas nos jornais revelou sua inclusão no projeto de emancipação da classe trabalhadora, embora marcada por influências culturais conservadoras, refletindo os valores da sociedade e dos dirigentes. As relações de poder dentro do PCB precisam ser analisadas não apenas na esfera pública, mas também no âmbito doméstico e familiar. Se a invisibilidade feminina na

política é uma falha das organizações de esquerda, é importante lembrar que outros grupos sequer se comprometeram com a organização das mulheres ou com a denúncia da exploração feminina, ao contrário do que fez o PCB. Os indícios, que marcam as contradições da história, nos permitem acreditar que Iracema foi uma mulher que se movimentou politicamente, apesar da repressão promovida no Estado Novo, pois, como explicou Alves (2018), nessa conjuntura as mulheres continuaram atuando de suas formas “[...] certamente enfrentando muito mais dificuldades, pois, além de contarem com os empecilhos de uma cultura machista, tiveram de lidar com o aparato repressivo estadonovista” (Campos, 2002, p. 450).

A notícia intitulada “Ação Pernambucana contra o Fascismo” Manifesto à Nação, de 1933, trata de um pedido de publicação, feito por um grupo diversificado de intelectuais, que incluía o nome de Iracema Elisa da Silva. O manifesto alertava sobre grupos que queriam tomar o poder, manipulando um público ingênuo e facilmente enganado, influenciado por movimentos estrangeiros e estratégias políticas. conforme atesta o trecho a seguir:

Em nome também da absurda noção de uma “raça” brasileira, afirmação ridícula numa terra de mestiçamentos polietnicos em via de realização e muito distante ainda de ver reopontar um tipo humano definido, prepara-se o ódio das raças, sob a forma do antissemitismo e de outras xenofobias, formas de ódio que mal encobrem a procedência: as mais baixas competições e ciúmes comerciais. Em nome de uma pretensa unidade religiosa nacional, projeta-se o “auto de fé” contra todas as repercussões entre nós das obras mestras do pensamento humano livre de cadeias, de modo a fazer calar todas as influências que possam ter deixado (p. 04).

A educadora participou de debates sociais e políticos em um período de repressão, enfrentando perseguições e violência. Ao se juntar a um grupo predominantemente masculino e divulgar seu nome em um manifesto político na Era Vargas, demonstrou coragem e resistência. Fundamentando na escrita de Nunes (2022), entendemos que Iracema teve uma vida marcada por lutas e formas de militância diferentes, “[...] e o modo como cada uma delas é lembrado, reificado e ressignificado é um prato cheio para pensar os processos de enquadramento da memória [...]” (Nunes, 2022, p. 262). Ou seja, é interessante pensar em mais uma atuação eclipsada dentro, e na relação com o Partido.

Com base em verbete disponibilizado no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Silo foi filho de

Francisco Ribeiro, senador estadual, construtor de ferrovias e usinas açucareiras em Pernambuco; bisneto de Maria Tomásia do Livramento, conhecida na história do Ceará como libertadora de escravos; irmão de Ilvo Meireles, médico, integrante do PCB e participante do movimento de 1935, conhecido também como Intentona Comunista; irmão de Rosa Meireles, também integrante desse partido, casada com Carlos da Costa Leite, militar e membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e irmão de José Meireles, piloto da marinha mercante. É possível encontrar pistas que caracterizam Silo como militar, jornalista, autor do livro, preso político, rebelde, amigo de Luís Carlos Prestes, integrante do PCB, clandestino, defensor dos direitos indígenas, servidor da Fundação Brasil Central e esposo de Iracema Meireles, educadora e autora de um dos métodos de alfabetização mais difundidos no país. Iracema não foi filiada ao PCB, presa ou exilada, mas as decisões e relações de Silo influenciaram de alguma forma a sua realidade.

Zimbarg (2001) esclareceu que Silo Meireles, ao lado de seu cunhado, Carlos da Costa Leite, foram participantes destacados dos levantes tenentistas dos anos vinte do século XX, pois defendiam, arduamente, uma aliança do PCB com a maioria das correntes oposicionistas do Estado Novo. A trajetória de Silo, em alguns momentos históricos, chama atenção por diversos motivos, mas em especial devido à sua proximidade com Luiz Carlos Prestes. Ainda consoante o autor, Silo foi um oficial das forças armadas que exerceu função de liderança e mantinha contatos frequentes com Fernando Lacerda, antigo dirigente comunista. Participou da revolta na Escola Militar do Realengo, em apoio ao levante do Forte Copacabana, em 1922, quando foi preso, permanecendo detido até 1927. Mas essa não foi a única prisão:

Com a derrota do movimento de 1935, **Silo foi preso**. A repressão se tornou muito forte e, na qualidade de “noiva” de Silo Meireles, com evidente atividade política, **Iracema foi demitida** do seu cargo no magistério. Teve que interromper o curso de Medicina e passou então por um **duro tempo de ameaças e insegurança**. Logo após a prisão de Silo, Iracema assumiu abertamente sua relação, casando-se com ele por procuração e adotando seu nome completo, com intuito de marcar posição e mostrar que havia alguém acompanhando os destinos dele. Muitos **presos sumiam**, e se ninguém cobrasse sua falta, ficava por isso mesmo. Começou então para ela um **longo período de luta** em duas frentes: acompanhar de longe a vida do marido e **lutar contra o medo** que era inculcado nas famílias dos presos por conta do **assédio psicológico** a que eram submetidas diariamente pelo noticiário. **“Serão fuzilados, não serão fuzilados.”** **“Serão deportados ou serão transferidos para prisão desconhecida?”** Mudou-se para o Rio para dar assistência ao marido, que fora transferido

para o presídio da rua Frei Caneca, nesta cidade (Meireles, 2024, p. 04, grifo próprio).

O casamento no civil, realizado enquanto Silo ainda estava preso, sustentou a asserção de uma Iracema consciente de suas decisões. A esse respeito, Campos (2002) afirmou:

Devido ao estado de saúde do marido, então transferido para uma prisão hospitalar no Rio de Janeiro, Iracema conseguiu, através de amigos, uma licença especial para acompanhá-lo, na condição de esposa. O casal passou a noite de núpcias na Casa de Saúde São Jorge, no Andaraí. Neste mesmo hospital, em 1940, nasceu a primeira filha, que futuramente seria sua companheira no trabalho de educação e seguidora de sua obra. Em apartamento alugado por seu irmão Luiz no mesmo bairro, pôde Iracema dar maior assistência a Silo, preso e doente, no hospital (Campos, 2002, p. 501).

Iracema, ao assumir o nome de Silo e vinculá-lo publicamente ao seu destino, não apenas selava um compromisso afetivo, mas inscrevia sua presença na história como testemunha e guardiã de registros que, sem o seu ato, poderiam facilmente se apagar. Seu gesto era resistência e coragem diante de um cenário de medo. Iracema não poderia deixá-lo a mercê do destino. A espera tornou-se trincheira, de um lado, a vigília silenciosa sobre o marido, cujo paradeiro era sempre uma interrogação sufocante, de outro, a batalha íntima contra o terror cotidiano, que se insinuava nas casas através das manchetes carregadas de incerteza e ameaça. O noticiário, com suas sentenças oscilantes, soava como instrumento de tortura psicológica, minando esperanças e corroendo certezas. Cada dia era um fio esticado sobre o abismo do desconhecido, e Iracema, ao caminhar sobre ele, transformava o medo em força, a ausência em luta, e o amor em uma resistência que nem o tempo, nem o silêncio apagariam.

O **pavor**, a **insegurança**, muitos presos, **adoeceram**. **Alguns morreram, não se sabe como**. **Alguns foram torturados**. As notícias circulavam e o clima era de total **desamparo**. Iracema se expunha em busca de notícias, procurava amigos e acabava sabendo quem estava vivo, quem tinha morrido. **Era incansável**. Silo ficou incomunicável por dois anos. Não podia ser visitado e nem sequer o carcereiro que lhe levava comida podia falar com ele. Foram dois anos de andanças procurando pessoas em busca de notícias, articulando estratégias para obter informações junto a aliados, procurando pessoas influentes, advogados e jornalistas que pudessem e quisessem defender a vida dos presos políticos. Não estava sozinha, havia muitas pessoas na mesma situação (Meireles, 2024, p. 04, grifo próprio).

Esse período consolidou uma situação de medo, onde a violência do Estado não se limitava aos porões da tortura, mas se expandia para o cotidiano das famílias dos presos políticos. O silêncio imposto aos encarcerados, como aconteceu com Silo, era uma forma de punição que transcendia o corpo, atingindo a própria identidade e afetando a família. O desaparecimento e a incomunicabilidade eram armas que transformavam a busca por notícias em um cenário de guerra. Não saber se alguém estava vivo ou morto, não ter sequer o direito de reconhecer um corpo ou de reivindicar a memória de um ente querido, era um mecanismo de desumanização que visava quebrar tanto os que estavam atrás das grades quanto aqueles que permaneciam do lado de fora. Iracema, ao se lançar na busca incansável por informações, desafiava esse apagamento, recusava-se a ser apenas espectadora do terror e tornava-se uma voz contra o silenciamento imposto pela ditadura de Vargas.

A luta travada por ela e por tantas outras pessoas que enfrentaram esse período não foi apenas pela libertação dos presos, mas pela preservação da verdade em meio a um sistema que fazia da mentira e do sigilo sua principal estratégia de dominação. A ditadura do Estado Novo não foi apenas um conjunto de regras arbitrárias impostas pela força, mas um projeto político que buscava transformar o medo em norma e a desesperança em condição permanente. No entanto, a história se faz também da insistência daqueles que não aceitaram essa ordem, que desafiaram a lógica da submissão e que, como Iracema, recusaram-se a abandonar os seus à escuridão da incerteza.

Ao fim de 2 anos terminou a incomunicabilidade de Silo. Foram liberadas algumas visitas e a família podia levar coisas para os presos, desde que passassem na revista. Iracema levava muitos lápis para Silo... Ela me contou que abria os lápis, tirava os grafites e, no lugar destes, colocava tirinhas enroladas de papel vegetal com bilhetes em letra mínima para o marido. Tinha o cuidado de deixar um pedacinho de grafite em cada ponta, para ninguém perceber que os lápis eram ocos. (Meireles, 2024, p. 04)

Acreditamos que o afastamento físico de Iracema e Silo foi algo atroz para ambos, mas, a despeito de todos os enfrentamentos, ela agiu como muitas outras mulheres de sua época: consciente, corajosa e disposta a qualquer defrontação. Como pensar diferente, diante de uma mulher que se arriscou levando informações à prisão? Ao visitar Silo e seus camaradas, notificando-os sobre o que acontecia no país, a professora firmou um posicionamento, revelando esclarecimento e impondo

de maneira evidente sua escolha política e social. Como explicou Campos (2002) foi a forma que encontrou de colocar os amigos presos a par da situação política do momento.

São 6 ou 7 anos da vida de uma mulher lutando para se manter forte e dar apoio ao marido. De prisão em prisão, de Recife para o Rio, do Rio para a Ilha Grande no litoral fluminense. Finalmente Silo foi transferido preso para hospital onde puderam ficar juntos. Seguiu-se a luta no Tribunal de Segurança Nacional; ela na plateia assistindo ao julgamento. Defesa e acusação decidiam ali o destino do marido e dos companheiros do marido. Iracema ausentava-se de tempos em tempos para amamentar a filha que ficava numa praça próxima com uma tia. Silo foi libertado em 1942. Em 1944 nasceu o segundo filho a quem deram o nome de Silo. (Meireles, 2024, p. 04).

A trajetória de sua luta, que se estende por anos de deslocamentos constantes e encontros em locais de reclusão, demonstra o quanto o sistema de repressão política fragmentava as relações humanas mais fundamentais. De Recife ao Rio, e de lá à Ilha Grande, o movimento geográfico da prisão de Silo e da luta de Iracema era o reflexo de uma prisão que transcendia os limites do cárcere. Uma prisão que alterava o ritmo da vida cotidiana. Mesmo na dor e no desgaste físico e emocional, Iracema não cedeu à fragilidade, mas continuou a se fortalecer, agora como uma mulher que se desdobrava para demonstrar, não só suporte ao marido, mas também, o espírito da luta pela liberdade e pela dignidade.

Iracema, como todas as mulheres que tiveram suas vidas devastadas pelas atrocidades cometidas contra os presos políticos, vivia entre o medo e a esperança, e sua presença na plateia não era apenas um gesto de apoio ao marido, mas um ato de bravura cotidiana. Ao amamentar sua filha em meio a esse cenário, Iracema não somente alimentava fisicamente a criança, mas também semeava nela uma memória de resistência, um legado de coragem transmitido de geração em geração.

Iracema e Silo, junto aos dois filhos, chegaram a se mudar para a cidade de Caiapônia (Goiás) e Uberlândia (Minas Gerais) em virtude de oportunidades de emprego. Retornaram ao Rio de Janeiro somente em 1948. Silo faleceu em 3 de julho de 1957, vítima de câncer, após longos dias internado no Hospital da Aeronáutica. Foi nesse ano, que Iracema sofreu o maior baque de sua vida (Meireles, 2024). O jornal carioca “Tribuna da Imprensa” (1957) dedicou uma parte para contar brevemente sobre Silo e sua morte, da qual destacamos:

À véspera de sua morte, quando seu estado já era desesperador, Silo Meireles mostrava-se bem-humorado e riu-se muito quando alguém lhe sugeriu confessar-se. Dom Hélder Câmara que o assistia riu-se também e disse que não era necessário. “Homens como êle – explicou – entendem-se diretamente com Deus” (Tribuna da Imprensa, 1957, p. 05).

A posição do religioso Dom Hélder Câmara, bispo católico, pernambucano, defensor dos direitos humanos, define parte do que Silo representou na luta pela democracia em um Estado autoritário. Não podemos ceder à tentação de romantizar o vínculo entre Iracema e Silo, mas é impossível negar que sua relação, carregou consigo uma intensidade que reverberou em escolhas e destinos. Mais do que um amor arrebatador, foi um ponto de inflexão na vida da professora recifense, moldando, as possibilidades que se abriram diante dela. Ao lado de Silo, Iracema não somente viveu, mas navegou entre os ecos de um sentimento que, longe de ser imune ao tempo, se tornou uma força capaz de forjar ou dissolver futuros. O impacto dessa união não se mede apenas pela intensidade, mas pelas marcas que deixou nas decisões que ela tomou. Silo foi homenageado por sua esposa, que nomeou um instituto de ensino fundado por ela, de Instituto Sylo Meireles.

5 Considerações finais

A trajetória de Iracema se desenha além dos limites da esfera privada, adentrando os espaços públicos e sua presença não se conforma às normas impostas às mulheres de sua época, mas, ao contrário, reflete a tensão de uma busca constante por inserção e transformação. Nessa trajetória, a articulação, a intervenção e o compartilhamento de saberes tornam-se ferramentas de resistência. A educação que recebeu não foi somente um meio de legitimação, mas um alicerce para a construção de um projeto intelectual que, de certa forma, se inscreve na edificação do pensamento educacional brasileiro. Iracema, ao se apropriar do conhecimento, não se limitou a trilhar o caminho da submissão imposto pelos cânones masculinos, mas transformou a instrução em uma chave de libertação. Superando a subordinação, ela não somente se formou, mas forjou sua própria visão, ensinou e reescreveu os parâmetros do magistério com originalidade que ressoa como um ato de insurgência e de afirmação.

Nos limites do século XIX e início do século XX, a mulher deveria se limitar à vida privada, mas Iracema desafiou esse destino. Ao adentrar o mundo público, enfrentou e impôs resistências, rompendo com os papéis femininos que a precederam. Em um tempo que exigia audácia, a educadora não somente conquistou o espaço público, mas também afirmou sua identidade em um universo machista, marcando presença na história da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. C. Mulheres, PCB e Feminismos: disputas e tensões (1930-1937). **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 25, n. 40, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2018v25n40p435>. .

Acesso em: 25 fev. 2025.

ALVES, S. D. S. **A Igreja Católica na Bahia: fé e política**. 2003. 216 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Federal da Bahia, 2003.

A PROVÍNCIA. **Pelo ensino**. Recife, n. 32, 12 abr. 1932, p. 03. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&pesq=%22Iracema%20e%20lisa%20da%20silva%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=27432 Acesso em: 25 fev. 2025.

ARONOVICH, L. Prefácio. *In*: LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

BOAVENTURA, E. M. Trajetória do Ensino Normal na Bahia de 1836 a 1971. **Universitas**, v. 31, set./dez. 1982. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/1286>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CAMPOS, M. D. C. Iracema Furtado Soares de Meireles. *In*: FÁVERO, M. L. A. BRITTO, J. de M. (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil: Da Colônia aos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CORREIO DA MANHÃ. **Terapia da palavra em debate no Rio**. Rio de Janeiro, n.º 23471, 21 out. 1969, p. 13. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=104854&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 25 fev. 2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Vida Administrativa**. Recife, n.º 809, 09 ago. 1932. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_02&pesq=%22Iracema%20e%20lisa%20da%20silva%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=7867. Acesso em: 25 fev. 2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. **“Ação Pernambucana contra o Fascismo” Manifesto á Nação**.

Recife, n.º 1107, 07 nov. 1933. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_02&Pesq=%22Iracema%20e%20lisa%20da%20silva%22&pagfis=12127. Acesso em: 25 fev. 2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Instrução**. Recife, n.º 219, 19 fev. 1935, p. 07. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_02&Pesq=%22Iracema%20e%20lisa%20da%20silva%22&pagfis=17379. Acesso em: 25 fev. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **“Festa da Primavera” no Grupo Maciel Pinheiro**. Recife, n.º 266, 22 set. 1937. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=%22Iracema%20e%20lisa%20da%20silva%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=26180. Acesso em: 25 fev. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Atos do Governo Estadual**. Recife, n.º 058, ano 132, 14 mar. 1958. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pesq=%22Iracema%20e%20lisa%20da%20silva%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=46773. Acesso em: 25 fev. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). Dicionário de Favelas Marielle Franco: mobilização, memórias e resistência. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco. Acesso em: 24 maio 2025.

DOSSE, F. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

DOSSE, F. **O desafio biográfico**: Escrever uma vida. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE, C. L. (org.). **Memorial do Memoricídio**: escritoras brasileiras esquecidas pela história. v. 1. Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.

FERREIRA, A. S.; LINS, M. S. As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5624>. Acesso em: 13 mar. 2025.

JORNAL DO BRASIL. **Notas sociais**. Falecimentos. Rio de Janeiro, n.º 05, 07 jan. 1945, p.08. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=%22tito%20lívio%20da%20silva%22&pagfis=31406. Acesso em: 25 fev. 2025.

JORNAL DO BRASIL. **D. Iracema e o bê-á-bá em dois tempos**. Rio de Janeiro, Caderno B, n.º 129, 04 set. 1970, p. 05. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22D.%20Iracema%20Maireles%20e%20Eloisa%20Gesteira%22&pagfis=193674. Acesso em: 25 fev. 2025.

JORNAL DO BRASIL. **Gente**: Iracema Meireles. Rio de Janeiro, n.º 199, 26 nov. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22Iracema%20meireles%22&pagfis=223100. Acesso em: 25 fev. 2025.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**: biografia. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

LÊNIN, V. I. U. **A contribuição da mulher na construção do socialismo**. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/28.htm>. Acesso em: 13 mar. 2025.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HOBBSAWM, E. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARIANO, O. Se não me falha a memória. In: PEREIRA, J. R. S.; MEYER, A; PEREGRINO, U. **Revista do Livro**. Rio de Janeiro, n. 32, 1968.

MEIRELES, I. F. S. O disléxico adulto e sua alfabetização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA DA PALAVRA, 1., 1969, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: [s.n.], 1969.

MEIRELES, E. **Entrevista concedida à autora Maria Dolores Coni Campos do verbete Iracema Furtado Soares de Meireles**. Rio de Janeiro, set. 2001.

MONTERO, R. **Nós, mulheres**: grandes vidas femininas. São Paulo: Todavia, 2020.

NAHES, S. **Revista FON-FON**: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NAVARRO-SWAIN, T. A Construção Imaginária da História e dos Gêneros: O Brasil No Século XVI. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A.**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 130-153, 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27747>. Acesso em: 19 fev. 2025.

NUNES, G. M. A primeira vereadora do Recife era negra? História oral, memória e disputas em torno de Júlia Santiago da Conceição (1933-tempo presente). **História Oral**, v. 25, n. 1, 247-266, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1208>. Acesso em: 13 jan. 2025.

OSTOS, N. S. C. D. A questão feminina: a importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 39, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TDrLgsgZ78XxyrcLm5yCxVv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2025.

RAGO FILHO, A. Primeira orelha. In: DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas–SP: Editora da UNICAMP, 1992.

SCHMIDT, B. B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 1 p. 124-144, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GkSkGgjBGzFYRHj8xCckbkG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SCHMIDT, B. B. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. **Diálogos**, v.21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/39527>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SESQUIM, I. R. A. Patriarcado e sexismo na formação econômica do Brasil: uma análise da inserção feminina nas políticas desenvolvimentistas da Era Vargas. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/35557>. Acesso em: 02 mar. 2025.

SILVA, L. C. L. Escolas Normais na Bahia: formação docente feminina e progresso. In: XI Encontro Estadual de História. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: editora, 2022. Disponível em: <https://www.encontro2022.bahia.anpuh.org/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJRRF9BUiFVSZPjltzOjQ6IjIwNzkiO30iO3M6MT0iaCI7cz ozMjoiZDdmZjQ5MTBkOTVINTE3OTIyYWFmZDE5N2U1ZGU3YjEiO30%3D>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Revolucionário de 35 morreu bem-humorado**. Rio de Janeiro, n.º 2279, 04 jul. 1957, p. 05. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=%22silo%20furtado%20soares%20de%20meireles%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=35910 Acesso em: 25 fev. 2025.

ZIMBARG, L. A. **O cidadão armado**: Comunismo e Tenentismo (1927-1945). 2001. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) -Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, Franca-São Paulo, 2001.

Recebido em janeiro/2025 | Aprovado em março/2025

MINI BIOGRAFIA

Ana Raquel Costa Dias

Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação. Professora Adjunta de História da Educação do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Coordenadora do GT de História da Educação da ANPUH-GO.

Email: ana.dias@unb.br